

Hegemonia linguística e produção do saber: uma análise crítica da pós-graduação de alto desempenho no Nordeste do Brasil

Linguistic hegemony and knowledge production: a critical analysis of high-performance graduate programs in Northeastern Brazil

Tadinei Daniel Jacumasso ¹

Resumo: Neste artigo analisamos criticamente as exigências linguísticas em Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* avaliados com nota 7 pela CAPES e sediados na região Nordeste do Brasil. A pesquisa, de natureza qualitativa e documental, teve como foco treze programas de diferentes áreas do conhecimento em universidades federais. Os dados revelam a hegemonia da língua inglesa como idioma obrigatório para ingresso e titulação, com raras menções ao espanhol e francês como segunda língua opcional. A análise evidencia que essa preferência não se apoia em justificativas pedagógicas ou epistêmicas, mas opera como política linguística implícita, reforçando desigualdades históricas, exclusão simbólica e colonialidade do saber. Neste artigo discutimos os impactos dessa lógica monolíngue na construção do conhecimento, na formação acadêmica e no acesso à pós-graduação, apontando para a necessidade de políticas linguísticas mais inclusivas e plurais no ensino superior brasileiro.

Palavras-chave: política linguística; exclusão epistêmica; pós-graduação.

Abstract: In this article we critically analyse of language requirements in *Stricto Sensu* Graduate Programs rated with the highest score (7) by CAPES and located in Northeastern Brazil. The study, qualitative and documentary in nature, focused on thirteen programs from various knowledge areas at federal universities. The findings reveal the hegemonic status of English as the mandatory language for admission and graduation, with only occasional mentions of Spanish and French as an optional second language. The analysis shows that this preference is not supported by pedagogical or epistemological reasoning but functions as an implicit language policy that reinforces historical inequalities, symbolic exclusion, and the colonality of knowledge. In this article we discuss the impacts of this monolingual logic for knowledge production, academic training, and access to graduate education, advocating for more inclusive and multilingual language policies in Brazilian higher education.

Key words: Reading; Children's Literature; Deaf children.

¹ Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO - *Campus* de Irati.

INTRODUÇÃO

A centralidade da internacionalização nas políticas públicas de pós-graduação no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, especialmente sob a influência dos critérios de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Inserida nesse processo, a língua inglesa assumiu um papel de destaque como vetor preferencial de circulação científica e como requisito normativo para seleção e titulação em cursos de mestrado e doutorado. Embora amplamente difundida como instrumento técnico e necessário à inserção acadêmica global, a exigência do inglês é raramente problematizada quanto às suas implicações sociolinguísticas e epistêmicas.

Autores como Spolsky (2004), Shohamy (2006), Calvet (2007) e Arnoux (2016) defendem que as escolhas institucionais relativas às línguas operam como políticas linguísticas — ainda que não formalmente declaradas — carregadas de ideologia e de funções reguladoras. A exigência quase exclusiva do inglês nos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (PPG), sobretudo nos de excelência acadêmica, configura o que se pode denominar de política linguística implícita: um mecanismo não oficial, mas sistematicamente operante, de controle do acesso ao campo científico. Em vez de promover a democratização do conhecimento ou o diálogo entre saberes, tais exigências acabam por reforçar desigualdades já historicamente enraizadas na educação superior brasileira.

Neste artigo examinamos criticamente as exigências linguísticas presentes em treze PPG avaliados com nota 7 pela CAPES, todos localizados na região Nordeste do Brasil. O recorte escolhido parte de duas premissas principais: o status de excelência desses programas, que os torna modelos institucionais de referência na política de pós-graduação brasileira; e a necessidade de compreender como a adoção de critérios linguísticos excludentes se mantém mesmo em contextos acadêmicos que, em tese, deveriam estar mais comprometidos com a inclusão, a diversidade e a democratização do acesso à ciência.

A hipótese que norteia esta investigação é que a imposição do inglês, sob a justificativa da internacionalização, ultrapassa sua função instrumental e assume contornos de regulação simbólica e epistêmica. Inspirado por autores como Mignolo (2005) e Santos (2008; 2018), este estudo entende essa prática como expressão da colonialidade do saber, que impõe barreiras ao reconhecimento de epistemologias locais e marginaliza produções acadêmicas realizadas em outras línguas. A pesquisa baseia-se em análise documental de editais, regulamentos internos e instruções normativas dos programas, com enfoque interpretativo apoiado em perspectivas críticas das políticas linguísticas, da internacionalização e das epistemologias do Sul.

Ao lançar luz sobre as escolhas linguísticas presentes em programas de excelência na região Nordeste, com este estudo pretendemos contribuir para os debates sobre justiça linguística, soberania epistêmica e construção de alternativas plurais para a produção e circulação do conhecimento no Brasil e na América Latina. Nesse percurso, buscamos também oferecer subsídios para a formulação de políticas linguísticas mais inclusivas, capazes de reconhecer e valorizar a diversidade cultural e epistêmica do país. Tais escolhas linguísticas não apenas operam materialmente, mas também se inserem em um imaginário institucional que associa o inglês à excelência, à modernidade e à validação científica — uma representação que molda percepções e orientações políticas nas universidades. Como afirma Chartier (1988), as representações não são simples reflexos da realidade, mas instrumentos que contribuem para sua construção e organização.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: POLÍTICA LINGUÍSTICA, PODER SIMBÓLICO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA

A reflexão sobre as políticas linguísticas no contexto da pós-graduação brasileira exige uma retomada crítica do desenvolvimento histórico do campo, bem como de seus pressupostos teóricos e epistemológicos. Ao compreender as línguas não apenas como instrumentos de comunicação, mas como construções sociais atravessadas por disputas simbólicas, torna-se possível analisar como certas exigências institucionais operam como mecanismos de controle e exclusão. Nesta seção, retomamos os principais marcos conceituais que fundamentam as políticas linguísticas críticas, com ênfase na sua constituição histórica, nas noções de poder simbólico e nas implicações da hegemonia do inglês nos processos de internacionalização da ciência.

A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA POLÍTICA LINGUÍSTICA

O campo da política linguística consolidou-se ao longo do século XX a partir de iniciativas voltadas à organização dos usos linguísticos em Estados-nação multilíngues. Os primeiros estudos nesse domínio estavam centrados na planificação linguística, com forte influência de uma abordagem técnico-racional voltada à normatização, ao ensino e à seleção de línguas em contextos de diversidade. Essa perspectiva funcionalista privilegiava a língua como ferramenta para a coesão social e o desenvolvimento econômico, desconsiderando suas dimensões simbólicas, identitárias e políticas (Calvet, 2007).

A crítica a essa abordagem emerge com mais força a partir dos anos 1980, especialmente com os trabalhos de Louis-Jean Calvet, que desconstruem a ideia de neutralidade linguística e destacam os vínculos entre linguagem, poder e dominação. Em *La guerre des langues et les politiques linguistiques* (1987), Calvet afirma que toda política linguística é política antes de ser linguística, ressaltando que as escolhas institucionais sobre línguas implicam disputas por legitimidade, visibilidade e controle simbólico. O autor analisa como as línguas, em sociedades desiguais, ocupam lugares

distintos na hierarquia social e como políticas estatais podem reforçar ou atenuar essas hierarquias.

Na América Latina, esse debate ganha força com os aportes de Arnoux (2016), que propõe uma leitura glotopolítica das políticas linguísticas, compreendendo-as como ações de regulação que operam sobre os usos legítimos da linguagem nos mais diversos domínios sociais. Maher (2013) ressalta que as políticas linguísticas não se restringem à ação governamental, mas incluem práticas institucionais e cotidianas que determinam quais línguas, discursos e sujeitos são autorizados a circular e ocupar espaços de prestígio.

Desse modo, a política linguística contemporânea deve ser compreendida como um campo em constante reconstrução, tensionado entre a tradição prescritiva da planificação e os desafios de uma abordagem crítica que reconhece a linguagem como lugar de disputa social, epistêmica e simbólica (Hamel, 2013). Essa abordagem crítica, adotada neste artigo, busca desnaturalizar práticas institucionalizadas e refletir sobre seus efeitos na (re)produção de desigualdades.

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS IMPLÍCITAS E A HEGEMONIA DO INGLÊS NA PÓS-GRADUAÇÃO

A naturalização da língua inglesa como idioma legítimo da ciência não decorre exclusivamente de fatores pragmáticos ou comunicacionais, mas se insere em uma lógica simbólica mais profunda, sustentada por imaginários institucionais e representações discursivas. Como argumenta Pesavento (2006), o imaginário é um espaço simbólico estruturante, que molda percepções e práticas sociais, “é [o imaginário] elemento organizador do mundo, que dá coerência, legitimidade e identidade. É sistema de identificação, classificação e valorização do real, pautando condutas e inspirando ações” (Pesavento, 2006, p. 1). Nesse sentido, a associação entre o inglês e a racionalidade, a modernidade e a excelência científica integra um sistema de sentidos compartilhados que legitima determinadas escolhas linguísticas como se fossem neutras ou inevitáveis. De modo complementar, Chartier (2009) observa que as representações não são imagens da realidade, mas formas pelas quais a realidade é organizada e disputada simbolicamente. Assim, a imposição do inglês como critério de avaliação e titulação nos PPG nota 7 pode ser entendida como uma operação representacional que produz e regula pertencimentos,

acessos e exclusões no campo acadêmico. Essa perspectiva permite compreender como o inglês não apenas ocupa um lugar central nas práticas acadêmicas contemporâneas, mas simboliza também a inserção em uma comunidade científica imaginada — homogênea, eurocentrada e monolíngue — que atua como referencial normativo para legitimar o conhecimento produzido.

Na esteira dessa reformulação conceitual, autores como Shohamy (2006) e Spolsky (2004) propõem que decisões sobre línguas nas instituições educacionais — mesmo quando não sistematizadas em políticas públicas formais — operam como políticas linguísticas implícitas. São escolhas incorporadas a documentos como editais e regulamentos, que naturalizam a centralidade de determinadas línguas sem debate público ou justificativa pedagógica. Essas práticas, ao invés de refletirem critérios técnicos neutros, carregam ideologias que definem quem tem acesso ao campo científico e quem fica à margem dele.

No caso da pós-graduação brasileira, a exigência sistemática do inglês como idioma obrigatório para ingresso e titulação evidencia essa política linguística implícita. A língua é tratada como condição incontornável de legitimidade acadêmica, operando como capital simbólico (Bourdieu, 1989) que regula o acesso à produção científica e ao prestígio institucional. Ainda que, em alguns casos, o espanhol seja aceito como segunda língua, o inglês permanece como referência inquestionável.

Essa centralidade simbólica do inglês está ancorada em representações construídas ao longo do tempo, que associam essa língua à ciência, à racionalidade e ao progresso. Como destacam autores dos estudos do imaginário (Chartier, 1988; Anderson, 2008), as línguas também operam como signos de pertencimento simbólico a comunidades imaginadas — no caso, a da ciência global —, o que contribui para sua naturalização como padrão legítimo e desejável. Segundo Anderson (2008, p. 33), “a nação é uma comunidade política imaginada porque, mesmo os membros da menor nação não conhecerão a maioria de seus compatriotas, [...] ainda assim a imagem de sua comunhão vive na mente de cada um deles” — analogamente, a comunidade científica internacional é imaginada como integrada pela língua inglesa.

Esse fenômeno está profundamente ligado ao processo de internacionalização da pós-graduação, promovido como política institucional a partir das diretrizes da CAPES e

de agências de fomento. Em vez de promover o intercâmbio horizontal entre línguas e saberes, a internacionalização tem sido operacionalizada com base em indicadores de produtividade vinculados à publicação em inglês e à inserção em periódicos indexados em bases hegemônicas do Norte global (Hamel, 2013; Quijano, 2005). Com isso, institui-se uma lógica de monolinguismo científico, que ignora a pluralidade linguística e cultural dos contextos periféricos.

No plano epistêmico, a predominância do inglês reforça o que Mignolo (2005) denomina de colonialidade do saber: a naturalização de um modelo eurocentrado de ciência que marginaliza epistemologias locais, produzidas em outras línguas, por outros sujeitos e em outros modos de narrar o mundo. Em resposta, autores como Boaventura de Sousa Santos (2008; 2018) propõem as epistemologias do Sul como forma de insurgência teórica que valoriza os saberes historicamente deslegitimados pela academia ocidental.

Além dos efeitos simbólicos e epistêmicos, essa hegemonia do inglês tem também implicações econômicas. Como observam Costa e Santos (2023), a exigência de proficiência fomenta um mercado de cursos, certificações e materiais voltados para a preparação linguística, o que transfere aos indivíduos o ônus de atender a requisitos institucionais, sem que haja, na maioria dos casos, políticas públicas ou institucionais de formação. A responsabilização individual, aliada à ausência de políticas inclusivas, reforça as desigualdades sociais no acesso à pós-graduação.

Portanto, compreender as exigências linguísticas como parte de políticas institucionais — ainda que não formalizadas — é essencial para refletir sobre os modos de exclusão simbólica e epistemológica em curso. Esse quadro revela como o imaginário da ciência global, estruturado por representações que vinculam excelência acadêmica ao uso do inglês, sustenta a naturalização dessas exigências linguísticas como condição de pertencimento legítimo ao campo científico. O presente artigo, ao adotar uma abordagem crítica das políticas linguísticas e da internacionalização, busca contribuir para o debate sobre justiça linguística, propondo uma reflexão sobre a legitimidade e os efeitos das escolhas institucionais que sustentam a hegemonia do inglês nos PPG de excelência no Brasil.

A exigência de proficiência em inglês nos PPG de excelência não produz apenas efeitos simbólicos ou epistêmicos: ela movimenta uma cadeia de serviços educacionais e

editoriais que compõem o que se pode chamar de uma economia política da internacionalização. Essa lógica transforma o inglês em moeda de valor acadêmico e mercadoria de alto custo, reforçando a transferência da responsabilidade pelo sucesso institucional aos indivíduos, sem garantir igualdade de condições para que todos possam cumprir essas exigências.

Como discutem Costa e Santos (2023), ao tornar a proficiência um pré-requisito para o ingresso ou titulação, as universidades públicas estimulam um mercado paralelo de cursos de inglês instrumental, certificações e materiais preparatórios — quase sempre oferecidos por instituições privadas. Essa prática produz uma assimetria estrutural entre candidatos com acesso a esses recursos e aqueles que, por limitações financeiras, não conseguem se preparar adequadamente. O resultado é uma exclusão silenciosa, justificada pela “neutralidade técnica” das exigências, mas sustentada por desigualdades sociais que comprometem a democratização do acesso à pós-graduação.

Além disso, o predomínio do inglês como idioma preferencial nas publicações científicas estimula a adoção de bibliografias, plataformas e revistas que operam majoritariamente em países do Norte global, consolidando a dependência acadêmica em relação a editoras, periódicos e sistemas de indexação estrangeiros. Tal dinâmica reforça o papel do inglês como capital simbólico e financeiro, valorizado tanto no currículo individual quanto nos indicadores de produtividade institucional.

Nesse contexto, a hegemonia do inglês deve ser entendida não apenas como expressão de uma política linguística implícita, mas como parte de uma estrutura mais ampla de reprodução de privilégios acadêmicos, cujas consequências atingem diretamente a organização da pós-graduação e o próprio modelo de ciência que se busca construir. Ao denunciar essas práticas, este artigo propõe repensar os critérios de excelência e internacionalização à luz de princípios de justiça linguística e equidade social, defendendo a adoção de políticas institucionais que assegurem o acesso efetivo à formação linguística como direito e não como barreira seletiva.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se ancora em uma abordagem qualitativa, com foco na análise documental de caráter interpretativo, inserida no campo das Políticas Linguísticas. Partimos do pressuposto de que os documentos institucionais — como editais, regulamentos e instruções normativas — não apenas informam procedimentos administrativos, mas também configuram práticas discursivas que expressam escolhas políticas, ideológicas e epistemológicas (Shohamy, 2006). Assim, entender como as línguas estrangeiras aparecem nesses textos é fundamental para evidenciar os mecanismos sutis de regulação simbólica operantes no ensino superior brasileiro.

O *corpus* da pesquisa é composto por documentos oficiais de treze PPG situados na região Nordeste do Brasil, todos avaliados com nota 7 pela CAPES, o que lhes confere o mais alto reconhecimento em termos de excelência acadêmica no país. Foram considerados programas de diferentes áreas do conhecimento, sediados pelas seguintes universidades federais: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE): Biologia Vegetal, Física, Ciência da Computação, Engenharia de Produção; Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): Ciência e Engenharia de Materiais, Ecologia; Universidade Federal do Ceará (UFC): Engenharia Civil (Recursos Hídricos), Engenharia Química, Física, Matemática, Farmacologia, Enfermagem e; Universidade Federal da Bahia (UFBA): Saúde Coletiva.

A escolha por esses programas se justifica por dois fatores: (i) o fato de estarem localizados em uma região marcada por desigualdades estruturais e históricas no acesso ao ensino superior, o que nos permite problematizar a reprodução de hierarquias linguísticas em contextos periféricos; e (ii) o reconhecimento institucional de excelência, que tende a tornar esses PPG referenciais na definição de critérios de seleção, formação e internacionalização.

A coleta dos dados ocorreu entre os meses de março e junho de 2025. Utilizamos inicialmente a Plataforma Sucupira da CAPES para localizar os programas com nota 7 situados no Nordeste. A partir da listagem oficial, acessamos os portais eletrônicos dos respectivos PPG e das Pró-Reitorias de Pós-Graduação, com o objetivo de identificar e baixar documentos atualizados que apresentassem as exigências relativas à proficiência em línguas estrangeiras. Foram priorizados os editais mais recentes (referentes a processos seletivos de 2024 ou 2025), mas também foram consultados regulamentos

internos vigentes, resoluções específicas e instruções complementares, sempre que disponíveis.

Diante da heterogeneidade na organização e disponibilidade das informações, foi necessário recorrer a diferentes estratégias de busca e leitura. A navegação se deu por meio dos sites das universidades, dos PPG, ou pela solicitação via páginas institucionais, e-mail e contato telefônico. As informações extraídas foram sistematizadas em um quadro analítico (quadro 1, a seguir) contendo: (1) Unidade Federativa onde se localiza a universidade; (2) Sigla da instituição; (3) Nome do programa; (4) Línguas estrangeiras aceitas para comprovação da proficiência. Ao final deste artigo, estão disponibilizados os links que dão acesso aos documentos consultados.

A interpretação dos dados coletados baseou-se em uma abordagem qualitativa de caráter interpretativo, com foco na identificação de padrões e recorrências que revelassem o lugar atribuído às línguas estrangeiras nos documentos analisados. A leitura atenta dos editais e regulamentos permitiu mapear a centralidade atribuída ao inglês, a presença (ou ausência) de outras línguas, a justificativa — ou sua falta — para tais exigências e os modos como essas escolhas linguísticas se conectam às estratégias institucionais de internacionalização. Mais do que descrever os dados, buscou-se compreender suas implicações simbólicas e políticas, especialmente no que se refere à regulação do acesso à pós-graduação e à legitimação de determinados saberes em detrimento de outros.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresentamos inicialmente o quadro 1, a seguir, com os dados sistematizados acerca das línguas que são aceitas para a comprovação da exigência da proficiência nos PPG analisados. Na sequência, procedemos à descrição e análise dos dados.

Quadro 1 – Dados dos PPG em relação às línguas estrangeiras aceitas na proficiência

UF	Sigla da IES	Nome do PPG	Línguas aceitas/obrigatórias
PE	UFPE	Biologia Vegetal	Inglês (Mestrado e Doutorado)
RN	UFRN	Ciência e Engenharia de Materiais	Inglês (Mestrado) Inglês (Doutorado) + uma língua estrangeira

CE	UFC	Engenharia Civil (Recursos hídricos)	Inglês (Mestrado) Inglês (Doutorado) + uma língua estrangeira
PE	UFPE	Engenharia de Produção	Inglês (Mestrado e Doutorado)
RN	UFRN	Ecologia	Mestrado: qualquer língua Inglês (Doutorado) + uma língua estrangeira
CE	UFC	Farmacologia	Inglês (Mestrado e Doutorado)
PE	UFPE	Física	Não exige proficiência
CE	UFC	Física	Inglês (Mestrado e Doutorado)
CE	UFC	Matemática	Inglês (Mestrado e Doutorado)
CE	UFC	Engenharia Química	Inglês (Mestrado e Doutorado)
PE	UFPE	Ciência da Computação	Não exige proficiência
CE	UFC	Enfermagem	Inglês (Mestrado) Inglês ou espanhol (Doutorado)
BA	UFBA	Saúde Coletiva	Inglês (Mestrado) Inglês (Doutorado) + (francês ou espanhol)

Fonte: Autoria própria

A leitura e sistematização dos documentos oficiais dos treze PPG avaliados com nota 7 pela CAPES e localizados na região Nordeste do Brasil revelaram um padrão recorrente e consolidado: a predominância absoluta da língua inglesa como exigência de proficiência tanto para o ingresso quanto para a conclusão de cursos de mestrado e doutorado. Observamos que dois PPG não exigem comprovação de proficiência em língua estrangeira. Em quase todos os programas analisados, o inglês aparece como a língua obrigatória, não sendo facultada ao candidato a escolha entre outros idiomas, independentemente da área de conhecimento ou da pertinência linguística para sua linha de pesquisa.

Ainda que, em alguns poucos programas, o espanhol e o francês (ou outra língua estrangeira não especificada) sejam aceitos como segunda língua estrangeira no doutorado, essa possibilidade ocorre sempre de forma complementar — ou seja, jamais substitui a obrigatoriedade do inglês. Assim, mesmo em contextos institucionais nos quais se reconhece alguma abertura para o plurilinguismo, o inglês permanece como critério inegociável de validação acadêmica. Essa centralidade, marcada pela ausência de justificativas explícitas nos documentos, confirma a operação de uma política linguística implícita (Shohamy, 2006), que se estabelece por meio de práticas naturalizadas e não contestadas.

O predomínio do inglês não aparece ancorado em argumentos pedagógicos, epistemológicos ou sociolinguísticos contextualizados. Em geral, os documentos

limitam-se a indicar a obrigatoriedade da proficiência sem qualquer discussão sobre sua finalidade formativa ou sobre sua relação com os projetos de pesquisa desenvolvidos. Tal ausência de reflexão crítica evidencia a força de uma ideologia linguística que associa, de forma quase automática, a competência em inglês à qualificação científica, à excelência acadêmica e à inserção internacional.

Ao analisar programas de áreas diversas — como Ciências Exatas, Saúde, Engenharias e Ciências Biológicas —, torna-se ainda mais evidente que essa exigência opera de modo homogêneo, desconsiderando as particularidades epistemológicas de cada campo. Essa uniformização linguística reforça a ideia de que o inglês funciona como um filtro simbólico de legitimidade (Bourdieu, 1989), que regula o acesso à pós-graduação e determina quem está apto a circular nos espaços da ciência. A proficiência em inglês, nesse contexto, deixa de ser apenas uma ferramenta e passa a operar como capital linguístico e epistêmico, cuja ausência pode inviabilizar trajetórias acadêmicas. Tal homogeneidade, longe de ser neutra, é sustentada por representações simbólicas que posicionam o inglês como idioma do “mérito acadêmico”, enquanto outras línguas, inclusive as mais próximas do contexto regional, permanecem à margem do imaginário institucional de excelência. A representação do inglês como idioma universal da ciência reforça um campo simbólico no qual o valor de uma produção acadêmica é antecipadamente associado à língua em que é expressa, independentemente do conteúdo ou da pertinência epistêmica.

Tal constatação é especialmente relevante quando se considera o contexto da região Nordeste, historicamente marcada por desigualdades estruturais em termos de acesso à educação e oportunidades formativas. A exigência do inglês, sem que haja políticas institucionais de formação e apoio linguístico, transfere ao candidato toda a responsabilidade pela aquisição dessa competência, contribuindo para a reprodução de assimetrias sociais e acadêmicas. Ao mesmo tempo, ignora-se a realidade sociolinguística da região, bem como as possibilidades de cooperação científica com países vizinhos de língua espanhola, que poderiam ser incentivadas com o reconhecimento do espanhol como língua legítima no campo da pós-graduação.

Assim, os dados indicam que mesmo entre os programas considerados de excelência, as políticas linguísticas adotadas seguem reforçando a hegemonia do inglês

como via única para a internacionalização, em detrimento de um modelo mais inclusivo e plural. A internacionalização, entendida nesses termos, acaba por funcionar não como ponte entre saberes, mas como barreira simbólica que afasta sujeitos, línguas e epistemologias que não se adequam ao modelo global dominante.

Essa constatação aponta para a necessidade urgente de se repensar os critérios que norteiam as exigências linguísticas na pós-graduação brasileira. Mais do que manter o inglês como língua obrigatória por inércia ou tradição institucional, é preciso abrir espaço para o debate sobre a diversidade linguística e epistêmica, promovendo políticas que reconheçam as desigualdades existentes e criem condições reais de acesso, circulação e produção de conhecimento em diferentes línguas.

A PREFERÊNCIA NORMATIVA PELO INGLÊS: O CASO DO PPG EM ECOLOGIA DA UFRN

Dentre os documentos analisados, um caso particularmente revelador é o do Programa de Pós-Graduação em Ecologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), que apresenta, em sua Resolução nº 156/2010-CONSEPE, de 06 de julho de 2010, elementos explícitos que atribuem ao inglês um lugar de prestígio e normatização simbólica. O artigo 43, no §3º, estabelece que “a elaboração da tese deverá ser preferencialmente em língua Inglesa”, ao passo que o artigo 42, no §1º, autoriza que a dissertação de mestrado seja redigida “na língua Portuguesa ou Inglesa”, desde que acompanhada de resumos em ambos os idiomas.

Esse trecho normativo é significativo por tornar explícita uma tendência que, em outros programas, aparece de forma implícita: a valorização institucional do inglês não apenas como exigência de proficiência, mas como idioma ideal para a produção textual acadêmica de maior prestígio. Ao sugerir a preferência pelo inglês na redação da tese — culminância do percurso formativo no doutorado —, o regulamento não apenas recomenda uma escolha linguística, mas também orienta a inserção do pesquisador em uma lógica de validação que associa a língua inglesa à legitimidade científica e à excelência internacional.

Tal orientação normativa evidencia uma hierarquização linguística institucionalizada no interior da própria universidade pública brasileira. Ainda que o

português seja permitido na dissertação e tese, seu status simbólico é relativizado frente ao inglês, que passa a operar como marca de sofisticação acadêmica e de alinhamento a padrões globais. Essa hierarquização reforça a colonialidade do saber (Mignolo, 2005), ao atribuir maior valor a práticas discursivas que se adequam ao modelo euro-norte-americano de produção e difusão científica.

Ademais, essa preferência institucionalizada pelo inglês na redação de teses levanta questões sobre a acessibilidade e o impacto social da pesquisa produzida. Quando a principal produção acadêmica dos programas — resultado de anos de formação pública — é veiculada em uma língua que não é dominante entre os falantes locais, corre-se o risco de restringir o alcance social da pesquisa e dificultar sua apropriação por comunidades externas ao circuito acadêmico internacional.

Por fim, vale destacar que a naturalização desse tipo de prescrição normativa — muitas vezes apresentada como uma simples recomendação — contribui para a cristalização de práticas linguísticas que operam como marcadores de distinção acadêmica. O inglês, nesse contexto, deixa de ser apenas uma ferramenta de comunicação científica e assume o papel de idioma de prestígio institucional, transformando-se em símbolo de pertencimento ao campo acadêmico globalizado e, simultaneamente, em barreira para aqueles que não compartilham do mesmo capital linguístico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos documentos institucionais de treze PPG avaliados com nota máxima pela CAPES na região Nordeste do Brasil revelou, de maneira contundente, a presença sistemática da língua inglesa como única exigência obrigatória de proficiência, tanto para o mestrado quanto para o doutorado. Em alguns casos pontuais, como no nível doutoral, permite-se a inclusão do espanhol ou francês como segunda língua (ou outra língua estrangeira não especificada), mas essa concessão não altera o caráter hegemônico do inglês, que ocupa posição central nos critérios de avaliação e titulação.

Os dados evidenciam que não se trata apenas de uma escolha funcional ou técnica. A imposição do inglês, especialmente quando não acompanhada de justificativas pedagógicas nem de políticas institucionais de formação, atua como dispositivo simbólico

de regulação e como filtro de acesso aos espaços de legitimidade acadêmica. Essa política linguística, muitas vezes não explicitada formalmente, reforça assimetrias já presentes no sistema de ensino superior, especialmente quando aplicada a contextos como o Nordeste, historicamente afetado por desigualdades de acesso à educação de qualidade, inclusive no que se refere ao ensino de línguas estrangeiras.

Casos como o do PPG em Ecologia da UFRN, cuja resolução interna recomenda a redação da tese em inglês, ilustram de forma direta como o idioma adquire *status* de língua de prestígio, ultrapassando sua função comunicativa para se tornar critério simbólico de excelência. Tal orientação institucional contribui para a cristalização de uma lógica de internacionalização excludente, na qual a língua inglesa opera como mediadora do reconhecimento científico, relegando ao segundo plano epistemologias locais e formas de expressão alternativas.

Ao invés de estimular o multilinguismo, o diálogo intercultural e a valorização das línguas da região e do continente, o modelo vigente de internacionalização reforça uma visão monolíngue e eurocentrada da ciência. Isso limita não apenas o acesso de sujeitos historicamente marginalizados à pós-graduação, mas também empobrece o próprio campo científico, ao restringir as possibilidades de enunciação, circulação e legitimação de saberes produzidos em outras línguas.

A persistência desse modelo revela não apenas uma estrutura de poder, mas também um imaginário institucional colonizado, que associa prestígio e validade científica à adesão a uma representação de ciência majoritariamente produzida em inglês, ignorando a riqueza de outras formas de enunciação e produção de saber. A língua, nesse sentido, não é apenas meio, mas signo de pertencimento simbólico.

Reafirmamos, portanto, a necessidade de repensar criticamente as políticas linguísticas no âmbito da pós-graduação brasileira, especialmente em programas que gozam de prestígio e visibilidade. Reconhecer a diversidade linguística como um valor acadêmico e político é condição essencial para a construção de uma ciência mais democrática, plural e socialmente comprometida. Mais do que uma questão instrumental, a defesa do multilinguismo e da justiça linguística é uma exigência ética diante dos desafios da produção e disseminação do conhecimento no século XXI.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARNOUX, E. B. N. de. La perspectiva glotopolítica en el estudio de los instrumentos lingüísticos: aspectos teóricos y metodológicos. *Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 38, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/matraca.2016.20196>. Acesso em: 30 maio 2025.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CALVET, L-J. *La guerre des langues et les politiques linguistiques*. Paris: Payot, 1987.

CALVET, L-J. *As políticas linguísticas*. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial; IPOL, 2007.

CHARTIER, R. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, 244 p.

CHARTIER, R. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.) *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. p. 17–28.

COSTA, A. L. B. da; SANTOS, M. M. e. Política linguística institucional e internacionalização: sobre as dimensões do uso das línguas nos cursos de pós-graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana. *Anais do XXVI Seminário de Iniciação Científica*, n. 22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/semic.vi26.9785>. Acesso em: 24 maio 2025.

HAMEL, R. E. El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del inglés y el plurilingüismo: elementos para una política del lenguaje en América Latina. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, v. 52, n. 2, p. 321-384, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v52n2/a08v52n2.pdf>. Acesso em: 13 maio 2025.

MAHER, T. M. Ecos de resistência: políticas linguísticas e línguas minoritárias no Brasil. In: NICOLAIDES, Christine et al. *Política e políticas linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 117-134.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 33-49. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A->

Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf. Acesso em: 26 maio 2025.

PESAVENTO, S. J. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/nuevomundo.1560>. Acesso em: 06 jun. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/Edgardo-Lander-org-A-Colonialidade-do-Saber-eurocentrismo-e-ci3AAncias-sociais-perspectivas-latinoamericanas-LIVRO.pdf>. Acesso em: 22 maio 2025.

SANTOS, B. de S. *Construindo as epistemologias do Sul: Antologia Essencial*. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas. Buenos Aires: CLACSO, 2018. Disponível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/81474/1/Construindo%20as%20Epistemologias%20do%20Sul_Vol%201.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA DILHO, Naomar. Coimbra: Almedina, 2008. p. 13-106. Disponível em: https://flacso.org.br/files/2015/08/AUniversidadenoSeculoXXI_Boaventura-Naomar.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.

SHOHAMY, E. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. New York: Routledge, 2006.

SPOLSKY, B. *Language policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LINKS DOS DOCUMENTOS CONSULTADOS

UFRN – Ciência e Engenharia de Materiais
<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/verProducao?idProducao=8918814&key=63bf29919586eb9bde7bf55760480477>

UFPE – Engenharia Civil (Recursos hídricos)
<http://www.posdeha.ufc.br/proficiencia/>

UFPE – Engenharia de Produção
<https://ppgep.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Edital-2-MA.pdf>
<https://ppgep.org.br/wp-content/uploads/2024/12/Edital-2-DO.pdf>

UFC – Farmacologia

<https://ppgfarmacologia.ufc.br/wp-content/uploads/2024/01/ppgf-regimento-interno2023-colegiado-sem-marcacoes-final.pdf>

UFC – Física

<https://www.fisica.ufc.br/portal/pos/wp-content/uploads/sites/4/2021/01/Regimento-PPGFis.pdf>

UFC – Matemática

<https://pgmat.ufc.br/wp-content/uploads/2022/06/regimento-interno-pgmat2022.pdf>

UFC – Engenharia Química

<https://ppgeq.ufc.br/wp-content/uploads/2025/02/edital-01-pgeq-2025-selecao-m-assinado.pdf>

<https://ppgeq.ufc.br/wp-content/uploads/2025/04/edital-extra-doutorado-2025-1-assinado.pdf>

UFC – Enfermagem

https://drive.google.com/file/d/1zO8VKUp9F7YxWpYk_f9VQt4WnEiQYojp/view?usp=sharing

UFRN – Ecologia

https://drive.google.com/file/d/1emmnqkwLxCxy1d_B1ImXPI7eTQkvyCMt/view?usp=sharing

UFBA – Saúde Coletiva

<https://drive.google.com/file/d/1ZfQMkDUguyGBG5DKrFIJDUE3PNtADKdW/view?usp=sharing>

UFPE – Biologia Celular

<https://drive.google.com/file/d/1ftV4hYRO6r-z4UqLrptuzfLIq7dLr2Mc/view?usp=sharing>

UFPE – Ciência da Computação

https://drive.google.com/file/d/1HZZRVxuZuYxOnCVOwhR__Uf2tjTEY69P/view?usp=sharing

UFPE – Física

https://drive.google.com/file/d/1iZhNZ7WNs0y0_TfKyPGNZkJjV06RA6Cu/view?usp=sharing

Data de recebimento: 23/06/2025

Data de aprovação: 24/08/2025